



SOMOS MULHERES, LÉSBICAS E CIDADÃS: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA POR UNIVERSITÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Clara Suellen Lacerda Arruda (1); Lorena Farias Dantas de Souza (2); Ann Gracielle Moreira
Gomes (3)

*1-Discente de Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail:
lacerdaclara@gmail.com; 2- Discente de Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-
mail: lory_farias@hotmail.com; 3- Docente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail:
anngraciellesamu@gmail.com*

RESUMO: A participação das mulheres na vida pública/política é um dos enfrentamentos do movimento feminista, tendo em vista que o número de cidadãs que ocupam cargos políticos em órgãos políticos é ínfimo frente às necessidades democráticas pela equidade de gêneros. O objetivo da pesquisa é saber qual a percepção das mulheres universitárias lésbicas da Universidade Federal de Campina Grande sobre a situação feminina homoafetiva na política brasileira e perceber se a representatividade esperada pelas pesquisadas se encontra mais em espaços formais de poder ou nos não-formais. Através de um estudo transversal, exploratório, de abordagem descritiva, realizado pelo meio da pesquisa bibliográfica e coleta de dados de um formulário respondido pelas participantes observamos que as demandas específicas tem ganhado mais espaço na realidade política do Brasil nas últimas duas décadas, graça aos esforços dos movimentos sociais, sobretudo as políticas públicas na esfera LGBTI. Porém, ao analisar as respostas das entrevistadas identificamos a invisibilidade profunda de mulheres lésbicas UFCG. Comprovando, assim, a opressão de minorias subalternizadas. Observou-se que a opinião das entrevistadas confirmam, em maioria, denúncias feitas pelos/as estudiosos das relações de gênero e diversidade sexual/humana, a sub-representatividade política.

Palavras-chave: Homossexualidade feminina, Política, Feminismo, Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A maior participação das mulheres na vida pública/política é um dos enfrentamentos que o movimento feminista têm feito ao *status quo* patriarcal. Assim, percebemos o número de cidadãs que ocupam cargos políticos em órgãos políticos é ínfimo frente às necessidades democráticas pela equidade de gêneros. Portanto, a sub-representatividade denuncia a cultura heteronormativa patriarcal

que o Brasil vivencia, tanto no âmbito social, quanto na Democracia representativa.

Essa opressão de gênero, nos diz Heleieth Saffioti (2004), é estrutural. Há, portanto, uma organização social que valoriza o masculino – e tudo a ele relacionado – em detrimento ao feminino – e/ou correlacionado. – conhecida como patriarcado.

Nesse sentido, patriarcado trata-se de um sistema hierárquico que representa uma estrutura de poder baseado nas diferenciações



de gênero, no qual há uma dominância do masculino sobre o feminino. Essa estrutura se infiltra na moral e no ordenamento jurídico de forma quase imperceptível, nos mostrando que, apesar de ser um construto histórico antigo, continua jovial e potente. Nas palavras de Christine Delphy no *Dicionário Crítico do Feminismo*:

“[...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda, “condição feminina”. (2009, p. 173)

O conhecimento deste conceito é limitado, estando às vezes apenas no âmbito acadêmico. Entretanto, a vivência desta estrutura é de âmbito social e político, ou seja, há um desconhecimento por parte das oprimidas que vivem sob a égide machista. Esse fato é bem salientado por Marina Castañeda (2006) que trabalha em seus escritos sobre o machismo invisível. Segundo a autora, o machismo está se tornando invisível pela naturalização de certos gestos, atitudes, profissões e papéis para determinado gênero. Por exemplo, o cargo político é

considerado papel masculino, pois socialmente é atribuído aos homens o papel de autoridade da família, isto é, o responsável pela representação da família.

Há, também, a confusão comum sobre o machismo estar vinculado diretamente à violência física, o que impede de percebermos suas ações em outros campos, como, por exemplo, as dominações simbólicas. Desse modo, a arena política da Democracia Representativa é um espaço heteronormativo patriarcal, na qual papéis de gênero são bem demarcados e com suas fronteiras bem vigiadas.

Essa naturalização de papéis sociais vem de encontro ao nosso tema, pois a cultura e a política são campos propícios para atuação machista, principalmente a invisível. Vemos difundidos pelos valores do papel maternal da mulher, pois um dos mandamentos da religião cristã, que predomina nossa cultura brasileira, é de crescer e multiplicar, além da postulação de uma servil posição em relação ao marido. E, acompanhado a isso, um modelo ideal de mulher, também considerado o mito do “eterno feminino”.

A mulher deve corresponder às expectativas confeccionadas para ela, pois no modelo ocidental praticamente tudo é concebido por esse binarismo: a mulher submissa, por um lado, e o homem, por sua vez, deve ser o agressivo, viril, provedor da



casa, livre, tendo seu campo sendo o político e o público. Logo, a mulher deve abarcar o seu papel contraposto, sendo sensível, frágil, companheira e tendo como campo é o do doméstico.

Nessa perspectiva, Leila Machado Coelho e Marisa Baptista (2009) vão nos mostrar a relação entre Mulher/Doméstico *versus* Homem/Público/Político. Denunciam, portanto, que valores sociais que confinam a mulher nos lares e à maternidade estão ligados intrinsecamente com a baixa participação de mulheres na política formal, que requer tempo, militância e construção de uma carreira política. Destarte, a dupla jornada de trabalho, dedicação à família, entre outros, impedirem o fortalecimento político feminino.

“Ainda que se considerem as modificações ocorridas nas últimas décadas relativas à atuação profissional feminina, no campo político a distinção público/masculino versus privado/feminino passa por uma transformação mais lenta e difícil. Considere-se, no entanto, que o cenário político supõe, mais que o exercício de uma atividade específica, a incumbência de debater, organizar e administrar a vida pública; ou, como analisa Coelho (2006), ‘a própria administração do espaço público’ (p. 68). Se, há um século, as mulheres estavam restritas ao espaço privado, hoje ‘pretendem

participar das discussões que estabelecem os princípios da ordem social e serem agentes na gestão pública’, numa inversão radical de um padrão social.” (COELHO; BATISTA, 2009, p. 96).

Além disso, a representatividade feminina passa por outras vias de exclusão da participação política, entre elas, a orientação sexual, cor, etnia, classe social e outras. Isto é, a demanda da população lésbica é apagada mais profundamente do que as mulheres heterossexuais, demonstrando não só o caráter machista, mas o lesbofóbico que a política brasileira carrega entre seus poderes.

Frente à interseccionalidade das opressões, objetivamos com a pesquisa saber qual a percepção das mulheres universitárias lésbicas da Universidade Federal de Campina Grande sobre a situação feminina homoafetiva na política brasileira. Além disso, almejamos perceber se a representatividade esperada pelas pesquisadas se encontra mais em espaços formais de poder (Estado, Congresso, entre outros) ou nos não-formais (movimentos sociais, grupos auto-organizados, etc.).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal do tipo exploratório quanto aos seus objetivos, pois, de acordo com SILVA (2004, p. 15), uma pesquisa do tipo exploratória “visa



proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses”.

A pesquisa também é considerada descritiva, pois visa a descrever as características da população em estudo ou estabelecer relações entre as variáveis.

Para a realização do estudo foi realizada uma busca na literatura por livros e artigos que tratassem da temática abordada. E assim elaborado um questionário para coletas de dados contendo treze questões, sendo duas discursivas e as demais de marcação de alternativa, disponibilizado em um formulário *online* fornecido pelas ferramentas Google.

O formulário foi publicado em um grupo do secreto na rede social *Facebook* chamado UFCGay e foi solicitado que as entrevistadas respondessem a partir de suas perspectivas pessoais e subjetivas, pois nós objetivamos obter informações frente às experiências de vida delas. Assim, ao todo 12 entrevistadas compuseram o estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrada do armário

A (in)visibilidade do setor LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans*¹,

¹ O asterisco no trans* é o que o movimento feminista da linguagem denomina de *umbrella term*. Isto é, termo guarda-chuva que abarca todas as transidentidades (travestis, transgêneros,

Interssexo) é temática de reflexões, sobretudo, sobre as políticas públicas. Assim, Venturi e Godinho (2013), demonstram que as demandas específicas tem ganhado mais espaço na realidade política do Brasil nas últimas duas décadas, graça aos esforços dos movimentos sociais.

Nesse sentido, a sociabilidade LGBTI, desde os movimentos de contracultura, se deu na marginalidade da sociedade ocidental. Portanto, formam-se diversos espaços e meios de interlocução desses/as sujeitos/as, como, por exemplo, grupos nas redes sociais, bate-papo em *sites* de entretenimento, boates, bares, entre outros.

Frente a isso, nós chegamos ao campo do nosso trabalho, o UFCGay. Esse foi criado por uma das entrevistadas em julho de 2013, reunindo hoje 123 membros/as universitários/as da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Trata-se, portanto, de mais um meio de sociabilidades e trocas políticas entre pares subalternizados/as historicamente. Isto é, um ambiente à margem que propicia vivências de diversidade sexual.

Dessa maneira, UFCGay se torna não apenas um espaço libertário que propicie lésbicas, gays e bissexuais a liberdade de compartilharem suas vivências e experiências

transsexuais, *genderqueer*, *genderfuck* e não-binários/as).



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

peçoais, mas também um espaço de apoio solidário e de diálogo sobre política, cultura, pontos de discussões acerca de temas que envolvem tais corpos marcados por estigmas e invisibilidades. Isto é, um universo propiciador de reflexão crítica de agentes subalternizados/as.

Além disso, formam-se redes de amizades e relacionamentos. Nessa trilha marginal, chegamos às nossas entrevistadas. Assim, a partir de contatos afetivos, de nós pesquisadores com as entrevistadas e das entrevistadas entre si, foi possível a realização dessa pesquisa, pois essas se mobilizaram para levar os *links* dos questionários para suas conhecidas. Afirmando, portanto, as sólidas relações que esse *cybercampo* nos propicia.

Da invisibilidade aos primeiros passos históricos

Simone de Beauvoir (1970) denuncia em seu livro *O Segundo Sexo*: falta às mulheres, sua História! Essa demanda já configurava uma necessidade sentida pelas primeiras décadas dos movimentos de mulheres e do Feminismo, datados do fim do século XIX.

“Nem mesmo o fato da escritora [Simone de Beauvoir] ter “decretado”, nos anos quarenta, em O segundo sexo, que “as mulheres não tinham história”, não podendo assim, se orgulharem-se de si próprias, desestimulava os pesquisadores [e as pesquisadoras] que, algumas décadas depois,

se voltado para o estudo histórico das mulheres. Ao contrário, e graças, entre outros fatores, à sua articulação com o movimento feminista que se apresentava no auge do seu vigor, supunha-se que a história das mulheres viera para revolucionar o saber histórico. (GONÇALVES, 2006, P. 63).

Assim, a ciência comprovava a tese que Foucault (1996) levantaria anos depois, na qual as demandas e respostas científicas se inserem e inscrevem relações desiguais de poder. Tratava-se, portanto, de tornar as relações de gênero como categoria histórica de análise. Assim, Joan Scott (1995), nos alerta para o fato de quando se busca o que legitima as relações gênero e como ele se constrói e como estrutura um sistema de poder, pode se notar as relações históricas implícitas entre elas e a Sociedade.

Entretanto, apesar da basilar contribuição da Antropologia na década de 60, a História das mulheres começou a ser (re)contada, sobretudo, pela Literatura. Assim, investe-se nas investigações de pseudônimos que eram utilizados para esconder a autoria feminina; cartas e diários remontam uma história fragmentada pelo viés do lugar doméstico em que a mulher vivia/vive nas distribuições de papéis sociais. Além disso, buscavam registros em fontes oficiais e civis, códigos de etiqueta e comportamentos, tratados e discursos médicos.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Apesar disso, a análise contemporânea ainda esbarra nessa invisibilidade histórica e social das mulheres no ambiente público e político. Frente a isso, Coelho e Baptista (2009), trazem em seu texto um breve histórico da inserção do feminino na política, principalmente a brasileira, demonstrando a dificuldade de conciliar os papéis do mundo doméstico com a política institucional.

Nesse sentido, demonstram que a discussão do sufrágio feminino na primeira constituição republicana em 1891 e o veto devido às estruturas patriarcais, fomentou, além do contexto Europeu e estadunidense, a luta pelo direito ao voto.

Além disso, industrialização crescente do início do século XX, conseqüentemente, a formação de um movimento operário, especialmente a inserção da mulher nesse movimento e na vida econômica, somado à Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) liderada por Bertha Lutz, pressionaram a mudança dos papéis da mulher na sociedade brasileira e conquistaram o sufrágio feminino em 1932.

Já nos Estados de Exceção que o Brasil viveu marcou as particularidades do movimento de mulheres e feministas. Assim, essa luta teve seu início reivindicando o direito ao voto, de ter capacidades

“masculinas”. Logo depois, com a ditadura militar em 1964, o silenciamento das vozes destoantes foram mais repressoras, entretanto, sempre existiu, mesmo que de forma tímida, na clandestinidade. Já em 1975, após influência da ONU, volta a ser comemorado o dia oito de março, que aglutinou mulheres de diversas classes, cores e credos, pedindo a reabertura democrática e política e a anistia. Notamos, assim, que os movimentos de mulheres, mais tomou, no caso do Brasil, dimensão social do que uma luta exclusiva de gênero, até então.

Por fim, frente à baixa representação das demandas femininas, principalmente às lésbicas, na participação política e sua invisibilidade histórica, concordamos com a afirmação de Coelho e Baptista (2009), “a sub-representação social e política das mulheres são faces de uma mesma moeda.” (p. 96).

E o que as lésbicas universitárias pensam sobre sua sub-representação?

Como vimos a negação de vozes das mulheres no processo de construir-se enquanto sujeitas históricas e políticas, coaduna com a proposta de ciência falocêntrica dominada por valores masculinos. Frente a isso, nos propomos a dar espaço para que essas vozes ecoem suas posições, frente às vivências individuais,



sobre o que pensam, agem, significam e relacionam-se com as formas de fazer política.

A partir dos formulários respondidos, já primeiramente identificamos, frente às respostas, a invisibilidade profunda de mulheres lésbicas negras na UFCG. Comprovando, portanto, a opressão por graus de intersecções de minorias subalternizadas. Além da questão racial, não houve nenhuma mulher lésbica trans*. Isto é, a transfobia ainda impede do acesso à Educação pela população trans*, que tomam, em sua maioria, os espaços escolares como ambientes de agressão. (SILVA, 2009).

“O espaço escolar é compreendido como parte integrante da realidade socioespacial da cidade, que compõem relações e é por elas simultaneamente instituído. Se, por definição, a escola é um local [espacial] de inclusão, da convivência das diferenças, do acesso democrático ao conhecimento, para as travestis ela é, ao invés, local de sofrimento, da violência e ataque cotidiano à sua autoestima, abortando suas possibilidades de conquistas materiais e sociais futuras.” (Idem, p. 136).

Das doze estudantes que responderam os questionários, 11 estudam na UFCG, apenas uma não iniciou os estudos nessa Universidade, apesar de estar aprovada no processo seletivo. Além disso, apesar da proposta inicial de ser um estudo sobre lésbicas, três entrevistadas se declararam bissexuais, conforme a figura 1.

Qual sua orientação sexual?

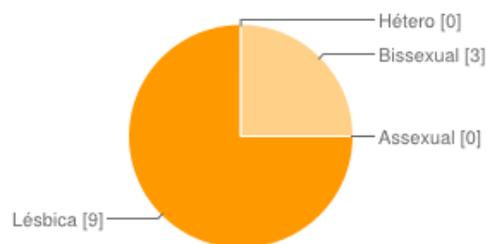


Figura 1 - Orientação sexual das entrevistadas

Em seguida foi questionado qual grau da compreensão das entrevistadas sobre seu entendimento do sistema político brasileiro, no que tange às instâncias, competências e funções dos três poderes no Estado Democrático de Direito. A partir dos dados, vemos diversas compreensões acerca das dimensões da política institucional/formal.

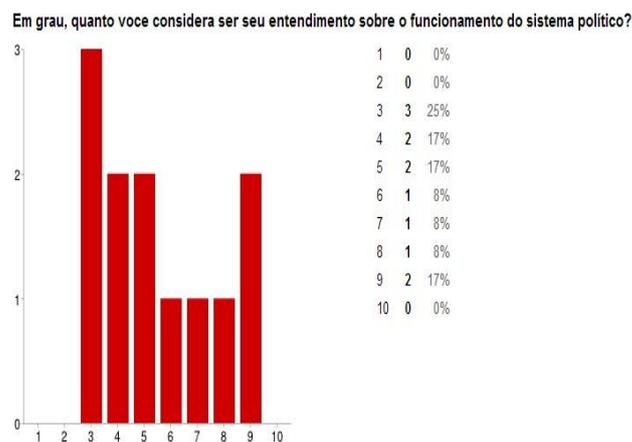


Figura 2 - Grau de compreensão da política institucional

Entretanto, mesmo com a variação de compreensão sistemática da Política, as vivências dentro de intersecções sociais



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

propiciam a compreensão de que suas vozes ainda soam nas sombras da invisibilidade social e política, pois como demonstra a figura 3, elas não sentem-se representadas, segundo suas pautas específicas, nas instâncias formais do governo.

Você se sente representada na Política, no que se refere ao Legislativo e ao Executivo?

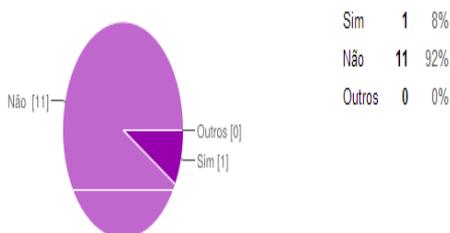


Figura 3 - Representação nos Poderes Estatais

Frente a essa porcentagem, vemos a descrença das entrevistadas no Legislativo e Executivo de romper com essa surdez histórica para as demandas específicas desse segmento. Levando 92% das entrevistadas (figura 4) a não se sentirem representadas pelos/as políticos/as. Vale ressaltar o fato do eleitorado feminino ser 51% da população eleitoral total. Isto é, apesar da maioria votante, continuam sendo tratadas como cidadãs de segunda classe, na prioridade política de operar mudanças sociais para esses segmentos da sociedade brasileira.

Sendo mulher e lésbica, você sente que as pautas políticas específicas do segmento que você faz parte são pouco representadas pelos políticos?

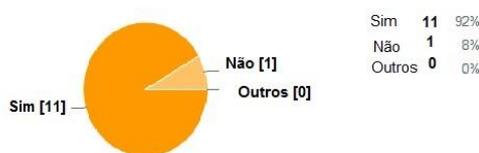


Figura 4 - Representação pelos políticos

Visto a realidade política democrática em que vivemos, a representação política deve, pelo menos em regra, acontecer por algum viés. Assim, visto a negação pelas vias institucionais políticas, 92% das entrevistadas consideram melhor representadas na política não-institucional, aqui abrangendo movimentos sociais, Coletivos, ONG's e outras organizações da sociedade civil. (Figura 5)

Você se sente representada mais na política institucional ou na política não-institucional?



Figura 5 - Representação pelo viés não-institucional

Isto é, para as mulheres lésbicas da UFCG os movimentos sociais de mulheres, o Feminismo e o LGBTI, estão mais atentos a escutar as necessidades sociais específicas, pois são interlocutores hoje utilizados para levar à política patriarcal, demandas das



marginalidades, daquelas desviantes do padrão heteronormativo (Figura 6). Apesar de uma das entrevistadas afirmar que apenas em parte esses movimentos têm êxito no papel de interlocução.

Os movimentos sociais de mulheres, Feminismo e LGBT, representam melhor as pautas do seu segmento que a política formal?

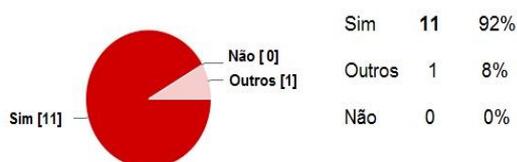


Figura 6 - Representação pelos movimentos sociais

Sobre a baixa participação das mulheres nos poderes institucionais, foi perguntado às entrevistadas se elas consideravam a lesbofobia e o machismo, como fatores relevantes para excluir esse segmento do pleito eleitoral (Figura 7). Além disso, se os papéis domésticos destinados às mulheres, duplas jornadas de trabalho, influenciavam na participação política (Figura 8).

Você considera que o machismo e a lesbofobia, são fatores que pevam a exclusão da participação democrática no processo eleitoral?



Figura 7 - Machismo, Lesbofobia e participação política.

Você considera que o papel doméstico da mulher, está envolvido com a baixa participação dessas na vida política?

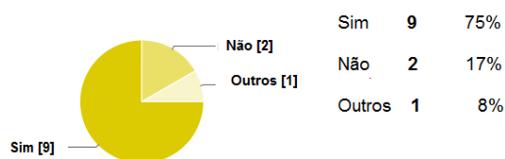


Figura 8 - Âmbito doméstico e vida política

Vemos, portanto, que 75% concordam com as afirmações; duas entrevistadas negaram a relação; e uma entrevistada considerou que esses fatores influenciam, mas não são os únicos a influenciar a sub-participação feminina.

Considerações Finais

Com base nessas perguntas quantitativas e interpretações das respostas qualitativas, percebemos que a opinião das entrevistadas confirmam, em maioria, denúncias feitas pelos/as estudiosos das relações de gênero e diversidade sexual/humana, a sub-representatividade política.

Isto é, a sub-representatividade política é uma realidade concreta, apesar das mulheres serem a maioria votante na realidade brasileira. Além disso, vemos a maioria das entrevistadas depositando sua confiança cidadã na política não-institucional para representar suas demandas específicas.

Além disso, vemos que apesar de mais de um século de luta organizada de



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

mulheres e pouco mais de cinquenta anos do movimento LGBTI, a surdez histórica causada pelo machismo e lesbofobia fruto de uma heteronormatividade patriarcal ainda coloca mulheres e lésbicas como cidadãs de segunda classe na Democracia Brasileira.

Por fim, vemos, apesar dos avanços, sobretudo nas últimas duas décadas, há uma luta incansável das minorias historicamente subalternizadas pelas hierarquias de poder para conquistar direitos básicos assegurados na Constituição Federal, ou seja, torná-las seres humanas plenas para reivindicar suas pautas e serem atendidas com suas demandas necessárias, para assim alterar o quadro social de opressão socialmente legitimada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CASTAÑEDA, Marina. **Machismo Invisível**. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. Rev. **Psicologia Política**. [online]. 2009, vol.9, n.17, p. 85-99

DELFY, C. Patriarcado. In: HIRATA, Helena et. all. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GONÇALVES, Andréa L. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ª Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, C. R. O. **Metodologia e Organização do Projeto de Pesquisa**. Fortaleza, maio, 2004.

SILVA, Joseli Maria. (Org.) A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. In: _____. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. pp. 135- 149.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Orgs.). **A Mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.